ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de São João da Canabrava
CNPJ: 12.066.973/0001-02
Av. São João Batista, 580 – Centro
Cep: 64.635-000 - São João da Canabrava-PI
prefeituramsjcpi@hotmail.com

# PARECER JURÍDICO

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 031/2024**

**EMENTA:** Parecer Jurídico acerca de processo de licitação– Pregão Eletrônico n° 013/2024 objetivando a "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS NA SEDE E REGIÕES DOS POVOADOS CONCEIÇÃO E SERRA DO MARACUJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA-PI, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024**, conforme **LOTES: I, II E III**". Análise do curso do processo à luz da Lei n° 14.133 de Abril de 2021. Regular abertura, julgamento, adjudicação e homologação.

## RELATÓRIO

A Prefeitura municipal de São João da Canabrava - PI deflagrou processo licitatório para a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS NA SEDE E REGIÕES DOS POVOADOS CONCEIÇÃO E SERRA DO MARACUJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA-PI, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024**, conforme **LOTES: I, II E III"**

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais. Assim, a análise do presente parecer é restrita aos paramentos determinados pela Lei nº 14.133 de Abril de 2021.

Essa Procuradoria Jurídica já confeccionou um parecer jurídico prévio, atestando a regularidade da fase inicial do processo até a emissão do edital de abertura do certame. A este se seguiram as etapas de publicação, aquisição de editais e recebimento de documentação e propostas, com o posterior julgamento da habilitação e das propostas do licitante.

E, para verificação formal do procedimento licitatório adotado, legalidade e regularidade desta segunda fase, antes da sua Adjudicação, homologação e finalização o presidente da CPL solicitou parecer desta Procuradoria jurídica.

É o relatório, passamos a **OPINAR**.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Marcada a abertura do certame para o dia 15 de abril de 2024, às 09h:00h, recebeu as propostas das dos participantes DANIELTON SOUSA SILVA, ERINALDO DE SOUSA HOLANDA E JOSÉ DIVA BEZERRA, no dia e horário designados.

Considerando-se que a modalidade da licitação escolhida foi a Pregão Eletrônico de Preço Tipo Menor Preço por Item, cumpre se observar o disposto no art. 33 e 34 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, o qual dispõe da seguinte forma:

> Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:
>
> I - menor preço;
>
> II - maior desconto;
>
> Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Conforme previsto no edital, na mesma data foi feita a análise das propostas de preço e iniciada a fase de lances, depois da ordem de classificação pronta, deu-se início a próxima etapa, momento destinado à abertura dos documentos de habilitação, julgando, a comissão, que os participantes: **ERINALDO DE SOUSA HOLANDA** para LOTE I, **JOSÉ DIVA BEZERRA** para LOTE II e **DANIELTON DE SOUSA SILVA** para o LOTE III, que ofertaram o melhor preço e, a pedido da própria comissão como determina a legislação, terem oferecido um desconto significativo, atendia os requisitos regulamentares. Após a análise da proposta, procedeu-se à fase de recursos.

Conforme a Lei n° 14.133 de 1º de Abril de 2021, em seu art. 165, qualquer licitante poderá manifestar imediata e MOTIVADAMENTE a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. Contudo, não houve manifestação de interesse em recorrer na plataforma ou no e-mail. Ato continuo se deu a fase de Adjudicação.

Assim, analisando os autos, verifica-se que todas as exigências foram cumpridas, a empresa habilitada cumpriu os requisitos do edital e a proposta vencedora foi a de menor preço para cada item, tendo se observado os atos realizados observaram a Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, segundo demonstram os documentos constantes neste processo, pelo que não se constatam óbices jurídicos quanto à sua homologação.

Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

**CONCLUSÃO**

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, dada a regularidade do certame, que foi realizado na modalidade pregão eletrônico, dando transparência, lisura, legalidade, modalidade e probidade ao processo, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade de homologação do procedimento, eis que encontra-se o certame licitatório dentro dos parâmetros definidos na Lei de Licitações.

Destarte, a presente Licitação preenche os requisitos exigidospelas Lei nº 14.133/2021, bem como suas alterações posteriores, dando condição satisfatória à sua adjudicação e homologação das propostas.

É o nosso Parecer,

São João da Canabrava-PI, 15 de abril de 2024

Mailson Bezerra Barros
Assessor Jurídico
OAB-PI – 9775